

## **A EXPANSÃO DA REDE FEDERAL DE ENSINO PROFISSIONAL NO TERRITÓRIO FLUMINENSE E OS IMPACTOS NA PRODUÇÃO DE INOVAÇÕES**

Mauro Sergio Pinheiro dos Santos

### **Resumo**

O trabalho realizado investiga a expansão da rede federal de ensino profissional no estado do Rio de Janeiro. Estabelecida como política pública do governo federal para a ampliação da oferta de cursos profissionais e cursos superiores, a expansão da rede teve como um de seus pressupostos o aumento da produção de inovações técnicas/tecnológicas, em vista de fortalecer a competição econômica. A pesquisa adotou uma metodologia que se balizou na consulta a órgãos governamentais e documentos institucionais, para traçar o panorama dessa expansão e da produção de inovações, até 2016. O resultado da expansão é notório, com expressiva abrangência estadual, e há um aumento, ainda que não robusto, da produção de inovações.

**Palavras chave:** Desconcentração, Inovação, Educação Profissional

### **Resumen**

El trabajo realizado investiga la expansión de la red federal de enseñanza profesional en el estado de Río de Janeiro. Establecida como política pública del gobierno federal para la ampliación de la oferta de cursos profesionales y cursos superiores, la expansión de la red tuvo como uno de sus presupuestos el aumento de la producción de innovaciones técnicas / tecnológicas, en vista de fortalecer la competencia económica. La investigación adoptó una metodología que se balizó en la consulta a organismos gubernamentales y documentos institucionales, para trazar el panorama de esa expansión y de la producción de innovaciones, hasta 2016. El resultado de la expansión es notorio, con expresiva amplitud estadual, y hay un aumento, aún que no es robusto, de la producción de innovaciones.

**Palabras clave:** Desconcentración, Innovación, Enseñanza Profesional

## Introdução

A escolha de tratar da desconcentração da rede federal de ensino profissional localizada no estado do Rio de Janeiro partiu de uma inquietação sobre o modo como a expansão da rede tem transcorrido. À vista disso, partimos da ideia inicial de que na lógica de expansão da rede há elementos relevantes que requalificam a importância do território como *locus* privilegiado da ação empreendida pelo Estado. Tal perspectiva, portanto, desdobra-se no modo como tem ocorrido a ampliação da rede federal de ensino profissional no Brasil e no território fluminense, em particular.

Posto isso, a desconcentração da rede federal de Ensino foi concebida como um dos vetores estratégicos da política pública de Educação do Governo Federal para o desenvolvimento local e regional no País, conjugada à formação de profissionais qualificados para atender às especializações e características da economia local e regional. Assim consideradas, a desconcentração da rede federal no estado do Rio de Janeiro possibilitaria que as instituições federais de ensino se tornassem estratégicas para o desenvolvimento territorial, na medida em que propiciariam novas possibilidades à comunidade local e regional.

Para a elaboração do trabalho, interessou-nos saber onde estão localizadas as unidades que conformam a rede federal de ensino profissional, considerando os *campi* que formam o Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ), o Instituto Federal Fluminense (IFF) e o Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET/RJ). Decorreu daí o interesse em perceber se os programas definidos pelo Governo Federal para a expansão sistemática da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, no recorte temporal de 2005 a 2015, foram respeitados no estado do Rio de Janeiro, em especial no que tange às novas unidades criadas e que compõem os Institutos Federais e do CEFET/RJ.

De modo geral, o desenvolvimento econômico e social do Brasil padece com a sofrível lacuna educacional de sua população e com a baixa capacidade produtiva de inovações técnicas e tecnológicas, ainda marcadamente produzidas no âmbito universitário. Os desafios impostos ao desenvolvimento do território nacional devem, por isso, buscar sanar algumas fraquezas com as quais se tem deparado, entre elas, a educação e a capacidade de inovar da economia. A carência da educação de

qualidade e a baixa produção de inovações se refletem num quadro mais amplo, em que está em jogo a capacidade de fortalecer a geração de riqueza dos municípios, dos estados, e, no conjunto, do País.

As desigualdades sociais e econômicas em território nacional refletem esse problema, uma vez que as instituições de ensino com maior tradição e capacidade de gerar inovações se localizam, historicamente, em poucas áreas do território. Nessa perspectiva, a Constituição de 1988 estabeleceu aos entes federados as respectivas responsabilidades no que se refere à promoção da educação. Em vista disso, o Governo Federal deve ter seu papel salientado, uma vez que, além de regulador do sistema nacional de educação, é mantenedor da rede federal de ensino profissional e superior (ABRUCIO, 2010).

Com isso, o Governo Federal reforçou seu papel como agente responsável pelo fortalecimento da educação nacional, ao criar, em diferentes municípios, novas unidades federais de educação. Com isso, objetiva-se formar profissionais técnicos e de nível superior para a promoção do desenvolvimento local e regional, conjugado ao estímulo da produção de inovações científico-tecnológicas e de soluções demandadas local e regionalmente.

Evidencia-se, nesse processo, a produção de inovações técnicas e tecnológicas como propulsores de novas oportunidades que viabilizem renovar as economias locais, atender a diferentes anseios locais, ainda que tais papéis estejam em construção e não se desenvolvam de forma linear ou idêntica nas diferentes realidades do território fluminense. Dessa forma, este trabalho apresenta uma reflexão sobre o papel do Estado no desenvolvimento socioeconômico local e regional, a partir da implementação de uma política pública de alcance nacional no âmbito da Educação brasileira.

Recorremos aos documentos oficiais do Ministério da Educação (MEC) e do Tribunal de Contas da União (TCU) que tratam da expansão da Rede Federal de Ensino, assim como usamos fontes secundárias que visaram complementar as informações pertinentes à expansão. Por fim, optou-se por tratar especificamente do estado do Rio de Janeiro por terem institutos que possuem uma existência anterior no estado, sob outras denominações. Em vista disso, podem refletir mais

especificamente a diversidade de unidades educacionais precedentes e sequentes em relação à expansão da Rede Federal de Ensino.

### **Política Pública com foco no desenvolvimento local e regional**

A partir de 2005, o Governo Federal fez a opção política de instituir uma política pública de expansão da rede federal de ensino profissional, ao realizar um planejamento para a expansão sistemática da rede. Coligiram-se critérios que conferissem um sentido lógico ao ordenamento pretendido para a rede, ao não se limitar tão somente a atender ao pleito originado das instituições federais de ensino ou a solicitações políticas. Prezou-se pela escolha de critérios fundamentados, para a provisão de unidades federais de ensino, que contemplasse as diferentes regiões e Unidades da Federação do País, em vista da diminuição da desigualdade de distribuição da rede federal de ensino no território nacional.

Além disso, a adoção de critérios balizadores para a expansão da rede federal de ensino foi calcada em dados sociais, econômicos, populacionais e da base produtiva local de municípios e das Unidades da Federação. Tais características do programa de expansão denotam a emergência dos elementos constituintes do território como condicionantes imprescindíveis na consecução da política pública de Educação Profissional.

No contexto contemporâneo, a escala de atuação do Estado deixa de ser prioritariamente a macrorregional, reconfigurando-se, ao se privilegiar as escalas subnacionais, uma vez que a

noção de reescalonamento do Estado caracteriza, assim, a forma transformada do Estado no capitalismo contemporâneo. Se no século 20 as estratégias políticas tinham como foco estabelecer uma hierarquia centralizada do poder, hoje, elas estão superadas, na medida em que uma configuração do estatismo mais policêntrica, multiescalar e não-isomórfica está sendo criada. (BRENNER, 2004, apud BECKER, 2009, p. 42).

Nessa conjuntura, as novas tendências do planejamento estatal evidenciam essa reconfiguração. Além de o território ter, incontestavelmente, emergido como um norte que orienta as ações do Estado, as diferentes escalas subnacionais surgem, ao mesmo tempo, como *locus* privilegiado da ação estatal, já que o

[...]território é um guia para orientar a ação...; a política territorial não consiste mais em distribuir recursos e riquezas já criadas, mas ao contrário, em despertar os potenciais para a criação de riquezas e coordenações novas...; O grande desafio do planejamento é promover, de forma coordenada, o deslançar das muitas oportunidades de investimento que emergem das realidades regionais e locais...; Garantir a coesão territorial é corolário desse desafio...; Insuficiência das políticas regionais clássicas voltadas para macrorregiões inteiras. Políticas necessitam ser operacionalizadas segundo as diferentes escalas territoriais (GALVÃO, 2007, apud BECKER, 2009, p. 47).

As ações promovidas pelo poder público, nessas escalas, referem-se, antes de tudo, a uma estratégia que busca fortalecer e engajar a competição em diferentes territórios, por que

[...] sob os esforços da ciência e os discursos e ações do planejamento, não há tanto de novo na essência: trata-se de como competir mais e melhor. Destacam-se, na verdade, processos de aprofundamento da competição. É o caso de engajar os territórios na competição em diferentes escalas, envolvendo o seu tecido social e o conhecimento produzido, e promovendo a cooperação e o aprendizado para competir. (BECKER, 2009, p. 47).

É a partir desse contexto que são concebidas as políticas públicas que vislumbram fortalecer o desenvolvimento local e regional. A expansão da rede federal de ensino profissional transcorre calcada nessa premissa de fortalecer as escalas locais e regionais, ao se apresentarem como uma política pública que visa contribuir para o desenvolvimento socioeconômico nessas escalas. A preocupação com o desenvolvimento local e regional se elevou diante dos fracassos das políticas com caráter macroestruturais, a partir da percepção de que ainda persistem as graves disparidades sócioespaciais intra e inter-regionais, tanto quanto entre os municípios do País.

Assim, as ações empreendidas pelo Estado com a expansão da rede federal de ensino visam possibilitar, aos diferentes municípios e regiões, novos instrumentos para a construção do desenvolvimento socioeconômico local e regional, em que o fomento à geração de inovações tecnológicas aparece sobremaneira. Tais ações estão estritamente correlacionadas aos objetivos gerais do próprio Estado, no sentido de induzir a produção de inovações tecnológicas nas diferentes localidades do País, que resulta claramente da acepção geopolítica de diminuição da

dependência brasileira das tecnologias dos países desenvolvidos (IBAÑEZ, 2014, p. 132).

Espera-se que as instituições da rede federal de ensino profissional capitalizem os percursos formativos, as particularidades culturais dos atores sociais e as características econômicas do território de atuação, nas escalas local e regional, para o fomento de produção de inovações científicas e tecnológicas. Essa é, inclusive, uma das premissas basilares dos Institutos, já que se incumbe às instituições orientar sua oferta formativa com base no território de abrangência de atuação e em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais. Portanto, as instituições precisam encaminhar suas atividades acadêmico-científicas com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural do município e da região, a fim de prospectá-las em benefício da economia local e regional.

### **A expansão da rede federal de ensino no estado do Rio de Janeiro e os impactos na produção de inovações**

No estado do Rio de Janeiro, antes da expansão, considerando apenas as instituições federais de ensino profissional que viraram Institutos Federais e o CEFET/RJ, havia três Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETQuímica, CEFET-Campos e CEFET/RJ), autarquias\* federais, e dois Colégios Agrícolas vinculados à Universidade Federal Fluminense-UFF (Colégio Agrícola Nilo Peçanha e Colégio Agrícola Idelfonso Bastos Borges). Ademais, o estado do Rio de Janeiro era o único que possuía três CEFETs até 2002, resultado da conjugação de três fatores principais: o peso histórico-político exercido pela antiga capital federal, o Rio de Janeiro; o processo de industrialização estadual, no século XX; e a influência política, como exemplo a criação do CEFET-Campos (PEREIRA, 2003, p. 92-93).

A criação de novas unidades no estado do Rio de Janeiro, desde 2002, principiou-se pela iniciativa institucional de alguns CEFETs na negociação política diretamente com o Governo Federal, ainda num processo não vinculado a um

---

\* Autarquia: serviço estatal descentralizado e com autonomia econômica, embora tutelado pelo poder público. No Brasil, surgiu depois de 1930 para ao grande número de serviços que deveriam ser prestados pelo Estado e descentralizar os encargos em órgãos especializados dotados de orçamento próprio e maior flexibilidade. (SANDRONI, 2000, *apud* PEREIRA, 2003: 72).

programa sistemático de expansão da rede. Além disso, notou-se que, no decorrer do programa de expansão iniciado em 2005, mesmo havendo critérios norteadores e a discriminação dos municípios contemplados (1ª e 2ª Fases), ocorrera a constituição de novas unidades federais de ensino que não foram previstas nos documentos institucionais de expansão da rede. Essas unidades foram criadas como resultado de articulações costuradas entre políticos municipais e estaduais com o governo federal ou a partir da ação conjugada de dirigentes das instituições federais com a articulação de políticos locais e o Governo Federal.

A 1ª Fase do programa de expansão da rede federal de ensino, a partir de 2005, estabeleceu parcerias com municípios e estados para implantar escolas federais ainda desprovidos dessas instituições, em especial com a utilização de escolas ou outras instituições que oferecessem estrutura existente para federalizar. Ressalta-se a indicação de outros critérios, quando a unidade fosse criada em município pertencente à Região Metropolitana, como uma estratégia que subjaz a desconcentração da rede, ao se privilegiar a periferia metropolitana ou do município, em alguns casos. Por fim, essa fase explicitou quais municípios seriam contemplados com unidades federais de ensino profissional.

A 2ª Fase, a partir de 2007, elencou outros critérios, não plenamente distintos da 1ª Fase, que balizou a definição de “cidade-polo” e discriminou quais municípios se encaixariam nessa definição, a fim de receber uma unidade federal de ensino. No entanto, ainda que tenha sido estabelecida uma correlação de municípios a serem contemplados com unidades federais de ensino, vislumbrou-se a criação de unidades em municípios não discriminados na relação de cidades-polo no período de abrangência dessa Fase (2007-2010). Tal fato indica, fortemente, a ingerência política na consecução da política pública, ao se preterir os critérios norteadores nessa fase da expansão em favor de concessões políticas.

A 3ª Fase, a partir de 2011 e após a aplicação de utilizando de critérios como proporção de população no Estado, existência de rede de ensino profissional, Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) estadual, dentre outros, resultou numa previsão quantitativa de unidades por microrregião que, após a conclusão dessa fase de expansão, permite indicar uma possível concentração de unidades na

Região Metropolitana do estado do Rio de Janeiro. É válido dizer que o critério populacional que orientou essa fase da expansão da rede resultará na concentração de novas unidades na Região Metropolitana do estado devido ao elevado contingente populacional que reside nessa região.

Instituição atual	Instituição de origem	Município
IFRJ	CEFETQuímica	Rio de Janeiro
		Nilópolis
	Colégio Agrícola Nilo Peçanha/UFF	Pinheiral
IFF	CEFET-Campos	Campos dos Goytacazes
		Macaé
	Colégio Agrícola Idelfonso Bastos Borges/UFF	Bom Jesus do Itabapoana
CEFET/RJ	CEFET/RJ	Rio de Janeiro

Quadro 1. Institutos Federais e CEFET/RJ, antes da expansão da rede federal (2002)  
Fonte: elaborado pelo autor, com base em bibliografia e sítios institucionais (2016).

A 3ª Fase da expansão não discriminou quais municípios receberão uma unidade federal, ao limitar a previsão à microrregião estadual definida pelo IBGE. Por isso, em nossa consideração, apontamos quais unidades foram “incluídas” nessa Fase da expansão. Partimos da perspectiva de que é possível deduzir tal inclusão mediante o cruzamento da informação da microrregião à qual pertence o município onde já fora instalada uma unidade federal e o número de unidades projetadas explicitadas nessa 3ª Fase.

Em três casos específicos os recursos para a criação da unidade foram oriundos do Programa de Expansão da Educação Profissional – PROEP: Realengo e Paracambi, do IFRJ, e Nova Iguaçu, do CEFET/RJ. A criação dessas unidades foi concebida antes do processo sistemático de expansão da rede federal de ensino, ainda no governo Fernando Henrique Cardoso, mas sua implantação só ocorrerá no governo Lula.

A par dessas informações, importante registrar, inicialmente, que desde a criação dos Institutos Federais, em 2008, o CEFET/RJ não mais se expandiu, uma



vez que as unidades da 3ª Fase do programa de expansão foram criadas apenas nos Institutos Federais, tendo sido implantadas 4 unidades no IFF e 1 unidade no IFRJ, até 2015. A última unidade criada do CEFET/RJ, no município de Itaguaí, foi fruto de articulação entre o município, a instituição e o Governo Federal, no mesmo ano em que se estabeleceram os Institutos Federais. A estagnação da constituição de novas unidades para integrarem o CEFET/RJ se deve à preferência na criação de unidades vinculadas ao novo modelo institucional da rede federal de ensino profissional: os Institutos Federais.

A criação definitiva dos Institutos Federais resultou da formalização voluntária de acordo de integração dos CEFETs, Escolas Técnicas Federais e Agrotécnicas Federais, conforme previsto no Decreto Nº 6.095, de 24 de abril de 2007. À vista disso, o CEFET/RJ optou por não aderir ao novo modelo instituído para a rede federal de ensino, por pretender se transformar em Universidade Tecnológica.

Apesar do exposto, nota-se um expressivo aumento de unidades federais de ensino profissional no estado do Rio de Janeiro, incluindo-se aquelas pertencentes ao CEFET/RJ. Em 2003, contabilizavam-se 7 (sete) unidades e, em 2015, alcançou-se 32 (trinta e duas) unidades implantadas, o que representa um crescimento de 357% em 13 anos. Destaca-se que esse aumento foi maior no segundo governo Lula (2007-2010), com a implantação de 15 unidades em 4 anos.

O programa de expansão da rede federal de ensino no estado do Rio de Janeiro resultou na predominância superior a 69% de unidades originadas desse processo, em relação ao total das unidades que integram, atualmente, os Institutos Federais e o CEFET/RJ. As unidades existentes antes do processo de expansão correspondem a 31% desse total.

Em relação à previsão na expansão sistemática, de 2005 até 2015, destaca-se que 75% das unidades estavam previstas ou foram incluídas nas três fases de expansão, enquanto 25% das unidades implantadas não foram previstas, desconsiderando-se na contagem a Unidade de Formação de Cordeiro do IFF (por não se tratar de um *campus* instalado).

Com exceção da Unidade de Pesquisa do IFF, todas as demais unidades não previstas no programa de expansão foram implantadas no último ano do segundo

governo Lula, em 2010, o que sugere interesse político-eleitoral na criação dessas unidades. Além disso, percebe-se que a implantação de unidades da 3ª Fase da expansão, no estado do Rio de Janeiro, iniciou-se somente em 2014, três anos após o anúncio da expansão, em 2011, e no ano de eleição para o segundo mandato da presidente Dilma Rousseff.

### Unidades federais de ensino profissional criadas e implantadas no estado do Rio de Janeiro a partir do programa de expansão (2005 a 2015)



Gráfico 1. Unidades federais de ensino profissional criadas e implantadas no estado do Rio de Janeiro a partir do programa de expansão (2005 a 2015)  
 Fonte: elaborado pelo autor, com base nos dados coletados (2016).

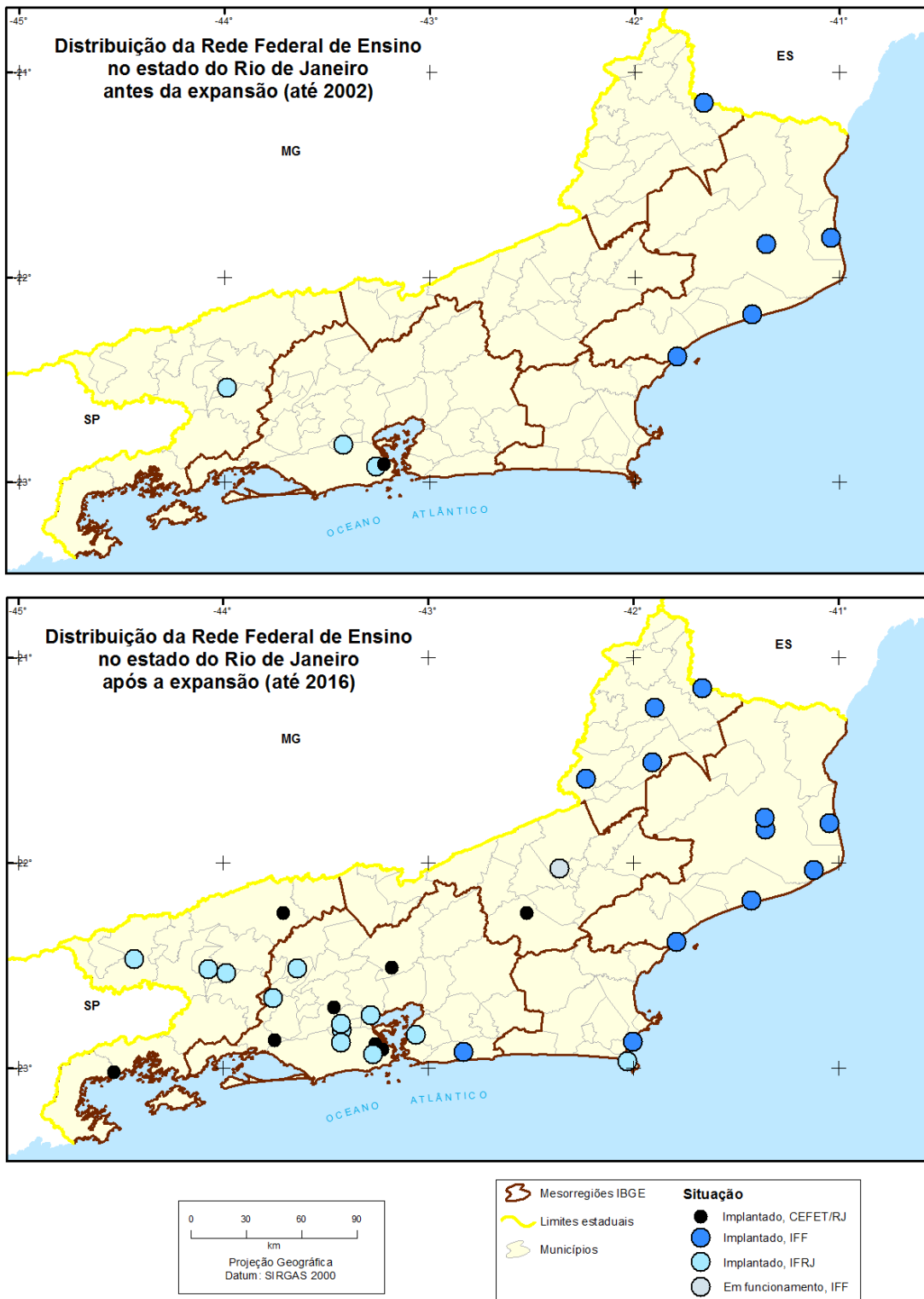
O resultado da distribuição da rede federal de ensino profissional antes e após o processo de expansão no estado do Rio de Janeiro foi representado a seguir. A partir dessa representação, depreende-se que é notório o alargamento da cobertura da rede federal no estado do Rio de Janeiro, uma vez que todas as mesorregiões estaduais foram contempladas com unidades federais de ensino profissional.

Ademais, considerando-se a previsão do Relatório de Gestão 2015 dos Institutos Federais em relação às unidades em processo de implantação e as que estão previstas para serem instaladas, indica-se que haverá uma concentração maior de unidades na Região Metropolitana. Esse efeito pode ser interpretado a partir do uso do critério populacional para a 3ª Fase da expansão, tendo em vista



que a Região Metropolitana concentra 78% da população do estado (IBGE, Censo Demográfico 2010).

Das 18 microrregiões estaduais, ainda há quatro microrregiões que carecem de unidades federais de ensino: na mesorregião Centro Fluminense, as microrregiões de Santa Maria Madalena, Cantagalo-Cordeiro e Três Rios; na mesorregião Baixadas, a microrregião da Bacia de São João; na mesorregião Metropolitana, a microrregião de Macacu-Caceribu.



Mapa 1. Distribuição da Rede Federal de Educação no estado do Rio de Janeiro, antes e após a expansão. Fonte: elaborado pelo autor, com base nos dados coletados e do IBGE (2016).

É importante ressaltar o papel estratégico que cada unidade desempenha enquanto polo de desenvolvimento local e regional. Ao articularem as localidades e municípios circunvizinhos onde estão instaladas, essas unidades constituem uma rede que mobiliza os territórios atendidos, ao fomentarem a produção científica e a formação de profissionais qualificados para a economia local e regional. Dessa forma, sobressai-se a face de atuação em rede, na medida em que cada unidade do Instituto Federal orienta sua prática acadêmico-científica em vista de articular os espaços do território fluminense no desenvolvimento.

Além disso, deve-se destacar o importante papel que a produção de inovação deve decorrer das atividades de pesquisa dos Institutos Federais. Para isso, consultamos a base de dados de registro de patentes do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) para identificarmos os depósitos de patentes\* realizados no período de janeiro de 2009 a outubro de 2016. Esse procedimento nos parece importante para indicar se as instituições têm logrado promover a produção de inovações técnicas e tecnológicas como fruto das atividades acadêmicas e de pesquisa.

Instituto	Nº de depósito das patentes de invenção	Data depósito	Status do pedido
IFRJ	BR 10 2015 030602 4	07/12/2015	Em análise
	BR 10 2014 007796 0 A2	31/03/2014	Em análise
	BR 10 2014 007797 9	31/03/2014	Em análise
IFF	BR 10 2014 017740 0	18/07/2014	Anulado

Quadro 2. Depósito de patentes dos Institutos Federais do estado do Rio de Janeiro  
Fonte: Instituto Nacional de Propriedade Industrial (2016).

\* Segundo o INPI, patente é “um título de propriedade temporária sobre uma invenção ou modelo de utilidade, outorgado pelo Estado aos inventores ou autores ou outras pessoas físicas ou jurídicas detentoras de direitos sobre a criação. Com este direito, o inventor ou o detentor da patente tem o direito de impedir terceiros, sem o seu consentimento, de produzir, usar, colocar a venda, vender ou importar produto objeto de sua patente e/ ou processo ou produto obtido diretamente por processo por ele patenteado.”.

Apesar do baixo número de depósito de patentes, é necessário ressaltar que no curto período de criação dessa nova institucionalidade, ambas as instituições lograram registrar patentes. Considerando-se que no período precedente à criação dos Institutos Federais do estado do Rio de Janeiro havia registro no INPI de tão somente três patentes, nos anos de 1983, 1996 e 2002, vinculadas às instituições que atualmente compõem o IFRJ, depreende-se a relevância dessa nova institucionalidade para a produção de inovações.

É útil registrar que ambos os Institutos Federais possuem em sua estrutura organizacional um Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT), resultado dos esforços empreendidos pelo Estado brasileiro no fomento à produção de inovação, não apenas nos Institutos Federais, mas em todo o sistema produtivo nacional. Dessa forma, esses núcleos de inovação têm papel importante dentro dos institutos, uma vez que dentre seus objetivos está o fortalecimento da produção de inovação, no desenvolvimento da cultura de inovação, estabelecimento de parcerias, prestação de serviços de consultoria especializada em atividades desenvolvidas no âmbito do setor produtivo etc.

A produção de inovações é um desafio que se impõe a todo o sistema produtivo nacional, em que os Institutos Federais também têm papel relevante para o fortalecimento dessa produção. O atual período do capitalismo tem exigido cada vez mais que novos processos produtivos, novas capacidades inovativas emergjam como práticas indispensáveis para a competitividade econômica (IBÁÑEZ, 2014). Com isso, a atuação dos Institutos Federais nas escalas local e regional aparece como parte importante do processo na elevação da produção de inovações para a competitividade econômica nacional.

A interação entre as unidades dos Institutos Federais e os agentes locais propicia o estabelecimento de redes inovativas, que são importantes facilitadores no processo de inovação (DINIZ, 2001). O destaque na atuação dessas instituições não se restringe apenas à formação de profissionais qualificados para atuarem na economia local e regional. Essa importância aparece, sobretudo, na medida em que essas instituições se apresentam como potencializadoras locais e regionais na

produção de inovações, no fortalecimento da cultura inovativa, no estabelecimento de parcerias, dentre outros.

### **Considerações finais**

Ao perscrutar a expansão da rede federal no estado do Rio de Janeiro averiguamos que os programas instituídos pelo Governo Federal, nas três fases, foram respeitados no território fluminense. Apontamos que algumas unidades foram criadas em detrimento dos critérios previstos nos programas de expansão. Essa ocorrência decorreu de interveniências políticas que ocasionaram esses acréscimos à consecução de uma política pública, apesar de se explicitarem os critérios como pressupostos para justificar a criação de uma unidade. Dessa forma, conclui-se que foram respeitados, com ressalvas, os programas de expansão da rede federal no estado do Rio de Janeiro: todas as unidades previstas foram implantadas, mas, ao mesmo tempo, implantaram-se unidades que não foram concebidas com base nos critérios delimitados para a consecução do programa de expansão.

Destacamos a importância das unidades das instituições na atuação em rede, na medida em que se constituem como polos capazes de articular os municípios das regiões estaduais. Nesse sentido, a articulação dos espaços no estado do Rio de Janeiro pelo conjunto de unidades que compõe a rede federal de ensino se sobressai como fator de destaque no desenvolvimento do território fluminense. Não obstante, o desafio maior será construir, nas regiões e em municípios com carências produtivas, novas possibilidades no desenvolvimento a partir da prospecção das potencialidades locais e regionais.

Faz-se nítida a importância da desconcentração da rede federal de ensino profissional para a ampliação da oferta de cursos profissionais de nível médio e de nível superior (Graduação e Pós-graduação). O empreendimento dessa política pública de Educação, no País, possibilitou a desconcentração da rede que, no caso do estado do Rio de Janeiro, encontrava-se mormente concentrada na Capital do estado e no Norte do estado do Rio de Janeiro.

Ademais, a concepção de criação dos Institutos como mecanismos propiciadores de desenvolvimento local e regional muito se refere às capacidades

inovativas que os lugares necessitam ter para participar de uma economia cada vez mais global e competitiva (DINIZ, 2001). Assim sendo, a correlação entre educação, inovação e território não é sem razão: quanto mais ampla for a oferta educacional e melhor for a qualidade dessa educação, maiores serão as possibilidades de se gerar novos conhecimentos científicos e tecnológicos que se convertam em inovação (tecnológica e social) e reverberem no desenvolvimento sócioespacial local, regional e nacional.

Nessa medida, compreender a atuação do Governo Federal, em especial ao se destacar a política pública de Educação, revela-se fundamental para se notar o impacto do alcance da política no estado do Rio de Janeiro. A expansão da oferta de educação profissional e de nível superior no estado tem propiciado, às diferentes regiões, novas possibilidades para constituir o desenvolvimento, com a capacitação profissional e de criação de inovações técnico-científicas. Com isso, espera-se que novas oportunidades econômicas sejam viabilizadas, ao se fortalecer a atuação dessas instituições federais de ensino profissional nas localidades e regiões onde estão instaladas.

## Referências

ABRUCIO, Fernando Luiz. “A dinâmica federativa da educação brasileira: diagnóstico e propostas de aperfeiçoamento”. OLIVEIRA, Romualdo P. SANTANA, Wagner. Educação e federalismo no Brasil: combater as desigualdades, garantir a diversidade. Brasília: UNESCO, 2010.

BECKER, Bertha K. “O governo do território em questão: uma perspectiva a partir do Brasil”. Parc. Estrat. Brasília: v. 14, n. 28, 2009.

CENSO DEMOGRÁFICO 2010. Características da população e dos domicílios: resultados do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <  
[http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/93/cd\\_2010\\_caracteristicas\\_populacao\\_domicilios.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/93/cd_2010_caracteristicas_populacao_domicilios.pdf)>. Acesso em: 03 jun. 2018.

DINIZ, Clélio Campolina. O papel das inovações e das instituições no desenvolvimento local. Anais do XXIX ENEC – Encontro Nacional de Pós-graduação em Economia. Salvador (BA), 2001.

IBAÑEZ, Pablo. “Geografia e Inovação: uma abordagem urgente”. Espaço Aberto, PPGG – UFRJ. V.4, n. 1, p. 131-138, 2014.



PEREIRA, Luiz A. C. “A Rede Federal de Educação Tecnológica e o desenvolvimento local”. Dissertação (Mestrado). Universidade Cândido Mendes. Campos dos Goytacazes, RJ, 2003.

RÜCKERT, A. A. “O processo de reforma do Estado e a Política Nacional de Ordenamento Territorial”. BRASIL. Para pensar uma Política Nacional de Ordenamento Territorial. Brasília: Ministério da Integração Nacional, p. 31-39, 2005.

BRASIL. Decreto nº 5.154. Brasília, julho, 2004.

BRASIL. Decreto nº 6.095. Brasília, abril, 2007.

BRASIL. Lei nº 8.948. Brasília, dezembro, 1994.

BRASIL. Lei nº 11.195. Brasília, novembro, 2005.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Concepções e Diretrizes da Educação Profissional e Tecnológica: política da EPT 2003-2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Diretrizes e Políticas da Educação Profissional e Tecnológica: 2003-2010. (2011b).

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Prestação de Contas Ordinária: relatório de gestão 2010. (2011c).

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Centenário da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Chamada Pública MEC/SETEC n.º 001/2007. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/edital\\_chamadapublica\\_fase2.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/edital_chamadapublica_fase2.pdf)>. Acesso em: 15 out. 2015.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Relatórios de Gestão.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Secretaria-Geral de Controle Externo. Relatório de Auditoria Operacional em Ações da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

BRASIL. Instituto Nacional da Propriedade Industrial. Disponível em: <[www.inpi.gov.br](http://www.inpi.gov.br)>. Acesso em: 15 ago. 2016.